



República Federativa do Brasil  
Estado de Santa Catarina  
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ

## MODELO DE MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**

**CONTRATO Nº 000/2026**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITÁ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 10.561.999/0001-00, com sede na Rua 01, nº 157, Centro, Itá-SC, CEP: 89.760-000, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. **AMAURI ROQUE SARTORETTO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1[REDACTED]0 e inscrito no CPF sob nº 4[REDACTED]1, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **XXX LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 000, com sede na **Rua/Avenida XXX**, nº 000, Bairro **AAA**, município de **XXX/XX**, CEP 000, neste ato representada por seu(sua) Sócio(a) Administrador(a) **XXX**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 0[REDACTED]0, e inscrito(a) no CPF sob o nº 0[REDACTED]0, denominada simplesmente **CONTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração se deu pelo Pregão Eletrônico nº 001/2026, Processo Administrativo nº 020/2026, homologado no dia **00/00/2026**, que se regerá pela Lei nº 14.133/21, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – O OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS**

**1.1.** O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio diário das dependências internas, externas e esquadrias sem exposição à situação de risco da Câmara Municipal de Vereadores de Itá/SC, mediante fornecimento de mão de obra, equipamentos e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à adequada execução dos serviços, conforme especificações, periodicidade, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026, em seus anexos, especialmente no Termo de Referência, e neste Contrato.

**1.2.** Os serviços serão executados na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, localizada na Rua 01, nº 157, Centro, no município de Itá/SC, abrangendo área aproximada de 511,56m², compreendendo áreas internas com piso frio e espaços livres, áreas externas pavimentadas adjacentes à edificação e esquadrias sem exposição à situação de risco.

Rua 01, nº 157 – Centro – CEP: 89760-000 – ITÁ – SC  
Telefone: (49) 3458 1725 – CNPJ: 10.561.999/0001-00  
Site: [www.camaraita.sc.gov.br](http://www.camaraita.sc.gov.br) – E-mail: [camara@camaraita.sc.gov.br](mailto:camara@camaraita.sc.gov.br)



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

**1.3.** A execução dos serviços deverá ocorrer mediante disponibilização de 1 (um) servente de limpeza, com enquadramento no CBO 5143-20, para prestação dos serviços com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 4 (quatro) horas diárias, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, sem previsão de realização de horas extras ou adicionais noturnos.

**1.4.** A contratação será feita, inicialmente, para o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada conforme legislação, sendo que os serviços a serem fornecidos devem ter as seguintes especificações mínimas:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade
1	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio das dependências internas, externas e esquadrias sem exposição à situação de risco da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, mediante fornecimento de mão de obra, equipamentos e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à execução dos serviços, com carga horária estimada de 20 (vinte) horas semanais.	Mensal	12

**CLÁUSULA SEGUNDA – A VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR OU O ATO QUE TIVER AUTORIZADO A CONTRATAÇÃO DIRETA E À RESPECTIVA PROPOSTA**

**2.1.** Este contrato é vinculado ao Termo de Referência, ao edital e todos os anexos do Pregão Eletrônico nº 001/2026, Processo Administrativo nº 020/2026, homologado no dia **00/00/2026** e à proposta do licitante vencedor **XXX LTDA**.

**CLÁUSULA TERCEIRA – A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS**

**3.1.** Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**3.2.** Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à doutrina, à jurisprudência, à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA QUARTA – O REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO**

**4.1.** A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma Indireta, sob o regime de **Empreitada por Preço Global**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, abrangendo a



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

prestação de serviços contínuos, com fornecimento mensal e pagamento periódico, conforme condições estabelecidas neste instrumento, no Edital e no Termo de Referência.

**4.2.** Os serviços serão executados sem dedicação exclusiva de mão de obra, mediante a disponibilização de 01 (um) servente de limpeza, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 04 (quatro) horas diárias, de segunda a sexta-feira, observadas as rotinas, periodicidades e padrões de qualidade previstos no Termo de Referência.

**4.3.** Os serviços objeto desta contratação deverão ser iniciados em até 15 (quinze) dias contados da assinatura deste Contrato ou do recebimento da Ordem de Serviço, prazo durante o qual a CONTRATADA deverá providenciar toda a estrutura necessária à adequada execução contratual, incluindo a disponibilização de mão de obra, equipamentos, ferramentas, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à prestação dos serviços.

**4.4.** Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA deverá assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e qualidade dos serviços prestados, observando as disposições contratuais, legais e regulamentares aplicáveis.

**CLÁUSULA QUINTA – O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO**

**5.1.** Pela execução do objeto descrito na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total **mensal** de R\$ **00,00** (**XX** reais), totalizando R\$ **00,00** (**XX** reais) para o período total de duração do contrato:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor mensal	Valor total
1	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio das dependências internas, externas e esquadrias sem exposição à situação de risco da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, mediante fornecimento de mão de obra, equipamentos e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à execução dos serviços, com carga horária estimada de 20 (vinte) horas semanais.	Mensal	12	<b>R\$ 00,00</b>	<b>R\$ 00,00</b>



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

**5.2.** Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se a única remuneração devida.

**5.3.** A CONTRATADA deverá emitir uma Nota Fiscal mensal referente aos serviços executados no período e apresentá-la à CONTRATANTE, acompanhada, dos seguintes documentos:

- I. Nota fiscal correspondente, que deverá ser atestada pelo órgão responsável;
- II. Folha ponto do empregado vinculado à execução contratual, compreendendo o período entre os dias 25 (vinte e cinco) do mês anterior e 25 (vinte e cinco) do mês de competência;
- III. Comprovante de inscrição e situação cadastral ativa no CNPJ, emitido há, no máximo, 30 (trinta) dias;
- IV. Cópia das negativas fiscais (CRF, CNDT, CND Federal, Estadual e Municipal);
- V. Preferencialmente, boleto bancário para pagamento.

**5.4.** O pagamento será efetuado, sempre que possível, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente à prestação dos serviços e à apresentação regular da documentação exigida, condicionando-se ao efetivo atesto da execução contratual pela fiscalização responsável.

**5.5.** Será de responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto. Caso não venha impresso na nota fiscal, os descontos poderão ser providenciados pela Câmara de Vereadores de Itá.

**5.6.** O prazo para pagamento ficará suspenso enquanto houver pendência de correção na nota fiscal/fatura ou irregularidade imputável à CONTRATADA, reiniciando-se a contagem após a regularização.

**5.7.** Em caso de atraso no pagamento por parte da CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

**5.8.** A atualização monetária será calculada com base na variação do Índice IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

**5.9.** A atualização monetária e os juros de mora somente serão devidos quando o atraso no pagamento não decorrer de culpa da CONTRATADA, especialmente em razão de pendências documentais, irregularidades fiscais ou descumprimento contratual.

**5.10.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando a data do mapa de preço da contratação elaborado no dia **DD/MM/AAAA**.



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

**5.11.** Após o intervalo de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**5.12.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**5.13.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**5.14.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**5.15.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**5.16.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**CLÁUSULA SEXTA – OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO, QUANDO FOR O CASO, E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO**

**6.1.** Considerando que o objeto do presente Contrato consiste na prestação de serviços contínuos, a aferição da execução contratual será realizada mensalmente pelo fiscal do contrato, mediante verificação da regular prestação dos serviços, do cumprimento das obrigações contratuais e da observância dos padrões de qualidade estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência.

**6.2.** Os serviços serão inicialmente recebidos de forma provisória pelo fiscal do contrato, para fins de verificação de sua conformidade com as condições estabelecidas, podendo ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as exigências contratuais.

**6.3.** Não havendo pendências ou irregularidades, o recebimento definitivo ocorrerá mediante atesto da execução contratual pelo fiscal do contrato.

**6.4.** A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente a nota fiscal correspondente aos serviços efetivamente prestados, acompanhada da documentação exigida neste Contrato e da documentação eventualmente solicitada pela fiscalização contratual.

**6.5.** A liquidação da despesa ocorrerá após o recebimento definitivo dos serviços e o atesto da execução contratual pelo fiscal do contrato, observado o prazo máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento da nota fiscal e da documentação



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

necessária.

**6.6.** O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE na forma e nos prazos estabelecidos na Cláusula Quinta deste Contrato, observadas as normas de execução orçamentária e financeira aplicáveis.

**6.7.** Havendo falhas, irregularidades ou serviços executados em desconformidade com as exigências contratuais, a CONTRATADA deverá promover as correções determinadas pela fiscalização, sem ônus adicional para a CONTRATANTE e dentro do prazo fixado, ficando suspensos o recebimento definitivo, a liquidação e o pagamento da parcela correspondente até a regularização.

**CLÁUSULA SÉTIMA – OS PRAZOS DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO, ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO**

**7.1.** Os serviços objeto desta contratação deverão ser iniciados em até 15 (quinze) dias contados da assinatura deste Contrato ou do recebimento da Ordem de Serviço, prazo durante o qual a CONTRATADA deverá providenciar toda a estrutura necessária à adequada execução contratual, incluindo a disponibilização de mão de obra, equipamentos, ferramentas, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à prestação dos serviços.

**7.2.** A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua durante toda a vigência contratual, observando-se as rotinas de trabalho, periodicidades, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

**7.3.** Os serviços prestados serão inicialmente recebidos de forma provisória pelo fiscal do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da apresentação da nota fiscal, para fins de verificação de sua conformidade com as condições contratuais.

**7.4.** Constatadas falhas, irregularidades ou serviços executados em desacordo com as exigências contratuais, a CONTRATADA será notificada para promover a regularização, correção, complementação ou refazimento dos serviços, sem ônus adicional para a CONTRATANTE e dentro do prazo fixado pela fiscalização.

**7.5.** Não havendo pendências a serem sanadas, o recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento provisório, mediante atesto da execução contratual pelo fiscal do contrato.

**7.6.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada execução dos serviços, nem afasta a obrigação de corrigir eventuais falhas, vícios ou irregularidades posteriormente identificados.

**7.7.** Ao término da vigência contratual, a CONTRATADA deverá promover a





**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

adequada desmobilização da execução contratual, retirando seus equipamentos e providenciando a regular quitação das obrigações decorrentes da relação de trabalho mantida com os empregados vinculados à execução do contrato, sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos.

**CLÁUSULA OITAVA – A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E OS CRÉDITOS PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA**

**8.1.** A despesa decorrente da execução do objeto do presente Contrato possui previsão na Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 2.843, de 24 de outubro de 2025 e correrá à Conta de Manutenção das Atividades Legislativas, conforme dotação orçamentária 3339000000000000000 – Ação 2001 – Referência 374.

**8.2.** A contratação encontra-se compatível com o planejamento orçamentário da CONTRATANTE, possuindo disponibilidade de recursos para suportar as despesas decorrentes da execução contratual durante o exercício financeiro vigente.

**8.3.** Nos exercícios financeiros subsequentes, as despesas decorrentes de eventual prorrogação contratual correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas nos respectivos orçamentos anuais, sendo sua indicação formalizada por meio de apostilamento, na forma da legislação aplicável.

**CLÁUSULA NONA – O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO**

**9.1.** Os preços dos contratos para serviços contínuos com predominância de mão de obra poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra, observando-se o regramento contido nos artigos 124, inciso II, alínea "d", 135 e 136 da Lei nº 14.133/2021.

**9.2.** A repactuação dependerá de solicitação formal da CONTRATADA, acompanhada da documentação comprobatória pertinente, incluindo planilha de custos e formação de preços atualizada, convenção coletiva, acordo coletivo, sentença normativa ou outros documentos que demonstrem a efetiva variação dos custos.

**9.3.** O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência contratual, sob pena de preclusão.



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

**9.4.** A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**9.5.** A repactuação observará o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação concedida para a mesma parcela de custos.

**9.6.** Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data dos efeitos financeiros da última repactuação concedida para a mesma parcela de custos.

**9.7.** Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

**9.8.** Considerando tratar-se de contrato de prestação de serviços contínuos com predominância de mão de obra e a necessidade de cooperação, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, de forma tempestiva, a celebração de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ou Dissídio Coletivo que implique alteração dos custos da mão de obra vinculada à execução contratual, apresentando a documentação pertinente para análise de eventual repactuação, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**9.9.** A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos que tratem de matérias não relacionadas aos custos efetivos da execução contratual ou que estabeleçam obrigações não previstas em lei.

**9.10.** É vedado ao órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

**9.11.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

**9.12.** A repactuação decorrente de novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho deverá refletir exclusivamente a variação efetiva dos custos da mão de obra vinculada à execução contratual, nos termos da legislação aplicável;

**9.13.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente apresentado pela CONTRATADA, acompanhado dos documentos necessários à demonstração da ocorrência de fato imprevisível, previsível de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, capazes de alterar extraordinariamente os encargos originalmente assumidos.





**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

**9.14.** O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser requerido a qualquer tempo durante a vigência contratual, observadas as hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9.15.** A CONTRATANTE decidirá sobre os pedidos de repactuação ou de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento da documentação completa necessária à análise do pedido.

**9.16.** O prazo previsto no item anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não apresentar documentos, esclarecimentos ou informações complementares solicitadas pela Administração.

**9.17.** Se concedido o reequilíbrio econômico-financeiro ou a repactuação, seus efeitos financeiros observarão os marcos temporais legalmente aplicáveis a cada instituto, vedada a incidência sobre serviços já executados, recebidos e regularmente pagos.

**9.18.** O reajustamento, a repactuação e o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão formalizados por apostilamento ou termo aditivo, conforme a hipótese e a legislação aplicável.

**CLÁUSULA DÉCIMA – O PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO**

**10.1.** Em razão da natureza do objeto contratado, consistente na prestação continuada de serviços de limpeza, conservação, higienização e asseio, não se aplica garantia contratual de produto ou de assistência técnica, permanecendo a CONTRATADA responsável pela adequada execução dos serviços durante toda a vigência contratual.

**10.2.** A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com as disposições deste Contrato, do Edital, do Termo de Referência, da proposta apresentada e da legislação aplicável, observando os padrões de qualidade, eficiência e regularidade exigidos pela CONTRATANTE.

**10.3.** Constatadas falhas, inadequações, irregularidades ou serviços executados em desacordo com as exigências contratuais, a CONTRATADA deverá promover as correções necessárias, sem ônus adicional para a CONTRATANTE e dentro do prazo fixado pela fiscalização.

**10.4.** O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela correção de falhas, vícios, defeitos ou irregularidades constatados posteriormente, nem afasta sua responsabilidade civil,



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

trabalhista, previdenciária, fiscal e contratual.

**10.5.** A CONTRATADA deverá prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, bem como colaborar com a fiscalização contratual, disponibilizando documentos, registros e demais elementos necessários ao acompanhamento da execução do objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO**

**11.1.** Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- I. proporcionar as condições necessárias à regular execução do objeto, permitindo o acesso da CONTRATADA, de seus empregados e prepostos, às dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Itá/SC, nos horários previamente ajustados e compatíveis com a rotina administrativa da Casa;
- II. disponibilizar à CONTRATADA as informações, orientações e esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços, inclusive quanto à rotina dos ambientes, horários de funcionamento, locais de acesso e demais peculiaridades da contratação;
- III. disponibilizar, na forma prevista no Termo de Referência, os materiais de consumo e insumos de limpeza de sua responsabilidade, necessários à execução dos serviços, em quantidade e condições adequadas ao regular cumprimento do objeto;
- IV. acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução contratual, por meio da gestora e da fiscal do contrato designadas, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, a regularidade dos serviços prestados, a observância das rotinas de limpeza e a conformidade com o Termo de Referência, o edital e este Contrato;
- V. registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual, expedir notificações, solicitar correções, complementações ou refazimento de serviços quando constatadas falhas, irregularidades, insuficiências ou desconformidades na execução do objeto;
- VI. receber provisória e definitivamente os serviços prestados, na forma, prazos e condições estabelecidos no edital, no Termo de Referência e neste Contrato, rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências contratuais;
- VII. atestar a execução dos serviços efetivamente prestados, desde que verificada sua conformidade com as exigências contratuais, para fins de liquidação da despesa e pagamento;



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

**VIII.** efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma e nos prazos estabelecidos neste Contrato, desde que cumpridas as condições para liquidação, inclusive a apresentação da documentação exigida e o regular atesto da execução contratual;

**IX.** exigir, sempre que entender necessário ou quando houver previsão legal ou contratual, a apresentação de documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias, fiscais e contratuais relacionadas aos empregados vinculados à execução do objeto, especialmente nos termos do art. 50 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**X.** verificar, durante toda a execução contratual, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a regularidade da CONTRATADA perante os órgãos competentes;

**XI.** comunicar formalmente à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência, falha, irregularidade, insuficiência, inadequação ou descumprimento verificado na execução do objeto, fixando prazo para saneamento quando cabível;

**XII.** aplicar à CONTRATADA, quando for o caso, as sanções administrativas, penalidades e demais medidas previstas neste Contrato, no edital e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

**XIII.** adotar as providências administrativas necessárias ao regular andamento da contratação, inclusive quanto ao empenho da despesa, à formalização de apostilamentos, termos aditivos, prorrogações e demais atos inerentes à gestão contratual; e

**XIV.** promover a publicação e divulgação do Contrato e de seus eventuais aditamentos, na forma e nos meios exigidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**11.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:**

**I.** cumprir integralmente todas as disposições constantes deste Contrato, do edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026, do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar, de seus anexos e da proposta apresentada, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**II.** prestar os serviços de limpeza, conservação, higienização e asseio diário das dependências internas, externas e esquadrias sem exposição à situação de risco da Câmara Municipal de Vereadores de Itá/SC, com estrita observância das especificações, periodicidades, rotinas, padrões de qualidade, critérios de execução e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital e neste Contrato;

**III.** iniciar a execução dos serviços no prazo máximo fixado contratualmente,



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

providenciando, às suas expensas, toda a estrutura necessária à adequada execução do objeto, compreendendo a disponibilização de mão de obra, equipamentos, utensílios, ferramentas de trabalho, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, observando que os materiais de consumo e insumos de limpeza serão fornecidos pela CONTRATANTE, na forma prevista no Termo de Referência;

**IV.** disponibilizar 1 (um) servente de limpeza, com enquadramento compatível com as atividades contratadas, para prestação dos serviços com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 4 (quatro) horas diárias, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, sem previsão de horas extras ou adicional noturno, em conformidade com a proposta vencedora e com o Termo de Referência;

**V.** manter a regular continuidade da execução dos serviços durante toda a vigência contratual, adotando as providências necessárias para suprir ausências, afastamentos, férias, licenças, desligamentos ou quaisquer impedimentos de seus empregados que possam comprometer a prestação do objeto, sem prejuízo da qualidade e da continuidade dos serviços;

**VI.** designar e manter preposto formalmente indicado, responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pelo atendimento às solicitações da CONTRATANTE, sempre que exigido no Termo de Referência ou pela fiscalização contratual, mantendo atualizados os seus dados de contato durante toda a vigência do Contrato;

**VII.** executar os serviços com observância das normas técnicas, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais, sanitárias, de saúde e segurança do trabalho aplicáveis, bem como das disposições constantes da convenção coletiva da categoria profissional pertinente e da legislação de regência;

**VIII.** responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fundiários, fiscais, tributários, comerciais e securitários decorrentes da execução do Contrato, inclusive aqueles relativos aos empregados vinculados à prestação dos serviços, não se estabelecendo, em hipótese alguma, vínculo empregatício, funcional, previdenciário ou de qualquer outra natureza entre tais empregados e a CONTRATANTE;

**IX.** cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, quando aplicáveis, mantendo a documentação comprobatória disponível para apresentação à CONTRATANTE sempre que solicitada;

**X.** manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

exigidas no processo licitatório, comunicando imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato superveniente que possa comprometer sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira ou técnica;

**XI.** apresentar à CONTRATANTE, sempre que solicitado, os documentos necessários à comprovação da manutenção das condições de habilitação e do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive certidões de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e fundiária;

**XII.** fornecer aos seus empregados, em quantidade suficiente e em condições adequadas de uso, os uniformes, equipamentos, utensílios e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à execução dos serviços, responsabilizando-se por sua reposição, substituição e correta utilização;

**XIII.** orientar e supervisionar seus empregados quanto à correta execução dos serviços, ao uso adequado de equipamentos, utensílios e EPIs, ao cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, à conduta nas dependências da Câmara Municipal e à preservação do patrimônio público;

**XIV.** manter seus empregados devidamente identificados, uniformizados e em conduta compatível com o ambiente institucional da Câmara Municipal, zelando pela disciplina, urbanidade, asseio pessoal, descrição, respeito e bom relacionamento com servidores, vereadores, prestadores de serviço e público em geral;

**XV.** responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, executando-os com eficiência, regularidade, zelo, pontualidade e observância dos padrões mínimos exigidos, refazendo, corrigindo ou complementando, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o Contrato, com o Termo de Referência, com o edital, com a proposta ou com as determinações da fiscalização, no prazo fixado pela CONTRATANTE;

**XVI.** acatar as determinações da fiscalização e da gestão contratual, atendendo prontamente às notificações, exigências, orientações e solicitações expedidas pela CONTRATANTE, inclusive quanto à correção de falhas, adequação da execução, apresentação de documentos ou adoção de providências necessárias ao regular cumprimento do Contrato;

**XVII.** comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência, dano, irregularidade, necessidade de reparo ou situação que possa comprometer a adequada execução dos serviços, a segurança das instalações, a salubridade dos ambientes ou o regular funcionamento das atividades da Câmara Municipal, inclusive vazamentos, infiltrações, danos em equipamentos, panes, defeitos em instalações e demais intercorrências constatadas durante a rotina



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

de limpeza;

**XVIII.** zelar pela conservação dos bens, móveis, equipamentos, documentos, instalações e demais elementos existentes nas dependências da CONTRATANTE, respondendo por danos, extravios, prejuízos ou avarias causados por si, por seus empregados ou prepostos, por dolo ou culpa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

**XIX.** não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sendo vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial da execução contratual;

**XX.** comparecer sempre que convocada pela CONTRATANTE para prestar esclarecimentos, participar de reuniões, tratar de ocorrências relacionadas à execução contratual, apresentar documentos ou adotar providências necessárias ao fiel cumprimento do Contrato;

**XXI.** guardar sigilo e confidencialidade sobre todas as informações, documentos, dados, rotinas, procedimentos e assuntos de que tiver conhecimento em razão da execução contratual, não podendo utilizá-los, divulgá-los ou reproduzi-los para finalidade estranha ao objeto contratado, mesmo após o encerramento da vigência contratual;

**XXII.** observar e cumprir integralmente a legislação de proteção de dados pessoais, em especial a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), tratando eventuais dados acessados exclusivamente para a execução do objeto e adotando as medidas de segurança necessárias à sua proteção;

**XXIII.** arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive despesas com transporte, deslocamento, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, fiscais, seguros, uniformes, EPIs, ferramentas, equipamentos e quaisquer outros ônus decorrentes da contratação;

**XXIV.** responder integralmente por todos os danos e prejuízos causados à CONTRATANTE, a terceiros ou ao meio ambiente, em decorrência da execução dos serviços, por ação ou omissão, culpa ou dolo da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou representantes, assegurado o direito de regresso, quando cabível;

**XXV.** isentar a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade civil, trabalhista, previdenciária, fiscal, tributária, administrativa ou criminal decorrente da execução do objeto pela CONTRATADA, por seus empregados, prepostos ou terceiros eventualmente envolvidos na prestação dos serviços;





**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

**XXVI.** manter organização administrativa e operacional suficiente para assegurar a continuidade dos serviços contratados, inclusive quanto à cobertura de ausências, reposição de pessoal, solução de intercorrências e atendimento às exigências da fiscalização, sem comprometer a regularidade da execução;

**XXVII.** ao término da vigência contratual, promover a adequada desmobilização da execução, retirando os equipamentos, utensílios, ferramentas e demais bens de sua propriedade eventualmente utilizados na prestação dos serviços, bem como providenciando a regular quitação das obrigações trabalhistas relativas aos empregados vinculados à execução contratual, sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos;

**XXVIII.** responsabilizar-se por todas as providências necessárias ao fiel cumprimento da convenção coletiva de trabalho aplicável à categoria profissional envolvida na execução contratual, inclusive quanto a salários, benefícios, adicionais, encargos e demais obrigações dela decorrentes; e

**XXIX.** observar, na execução dos serviços, que a contratação não envolve dedicação exclusiva de mão de obra, devendo organizar sua prestação de forma compatível com essa condição, sem prejuízo do cumprimento integral da carga horária, da continuidade dos serviços e dos padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE.

**XXX.** é vedada a execução do objeto por pessoa física contratada diretamente para a prestação dos serviços, devendo a execução ocorrer por intermédio de pessoa jurídica regularmente constituída e contratada, nos termos do edital, do Termo de Referência e deste Contrato.

**11.3.** Da documentação trabalhista e das obrigações documentais relativas à execução contratual

**11.3.1.** Além das demais obrigações previstas neste Contrato, no Termo de Referência e no edital, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização do contrato, para fins de acompanhamento da execução contratual e de verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias e contratuais, a documentação a seguir relacionada, sem prejuízo de outros documentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.3.2.** No primeiro mês da prestação dos serviços, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do início da execução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar:

I. ficha com os dados do empregado vinculado à execução contratual, contendo, no mínimo, nome completo, cargo ou função, horário de trabalho,



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

escolaridade, data de nascimento, número da Carteira de Identidade – RG e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

**II.** cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS do empregado admitido para execução dos serviços, devidamente assinada pela CONTRATADA, ou documento equivalente que comprove a formalização do vínculo empregatício, quando admitido pela legislação;

**III.** exames médicos admissionais ou periódicos do empregado vinculado à execução contratual, conforme exigido pela legislação trabalhista e de medicina do trabalho;

**IV.** ficha de entrega de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, devidamente assinada pelo empregado;

**V.** programas e documentos de saúde e segurança do trabalho aplicáveis à execução contratual, especialmente Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, bem como ordem de serviço elaborada pela medicina do trabalho, quando exigíveis;

**VI.** ficha de entrega de uniformes, devidamente assinada pelo empregado; e

**VII.** declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA quanto à quitação dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais decorrentes da execução contratual.

**11.3.3.** Mensalmente, até o dia 10 (dez) de cada mês, juntamente com a nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá apresentar:

**I.** folha ponto do empregado vinculado à execução contratual, compreendendo o período entre os dias 25 (vinte e cinco) do mês anterior e 25 (vinte e cinco) do mês de competência;

**II.** comprovante de inscrição e de situação cadastral ativa no CNPJ, emitido há, no máximo, 30 (trinta) dias;

**III.** Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

**IV.** certidões de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;

**V.** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

**VI.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; e

**VII.** preferencialmente, boleto bancário para pagamento.

**11.3.4.** Mensalmente, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente à prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar:

**I.** comprovante de pagamento salarial ou cópia da folha de pagamento/contracheque do empregado vinculado à execução contratual,

Rua 01, nº 157 – Centro – CEP: 89760-000 – ITÁ – SC

Telefone: (49) 3458 1725 – CNPJ: 10.561.999/0001-00

Site: [www.camaraita.sc.gov.br](http://www.camaraita.sc.gov.br) – E-mail: [camara@camaraita.sc.gov.br](mailto:camara@camaraita.sc.gov.br)



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

devidamente assinado ou acompanhado de comprovante de depósito bancário;

**II.** comprovantes de fornecimento de vale-transporte, vale-alimentação e demais benefícios previstos em lei ou em Convenção Coletiva de Trabalho;

**III.** comprovantes de recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias incidentes sobre o empregado vinculado à execução contratual; e

**IV.** comprovantes de realização de cursos, treinamentos ou reciclagens eventualmente exigidos pela legislação, pela convenção coletiva aplicável ou pela Administração, quando cabíveis.

**11.3.5.** Em caso de desligamento de empregado vinculado à execução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização, no prazo fixado pela CONTRATANTE ou, na ausência de fixação específica, em até 10 (dez) dias contados da rescisão, os seguintes documentos:

**I.** termo de rescisão do contrato de trabalho, devidamente formalizado, acompanhado da homologação, quando exigida pela legislação aplicável;

**II.** comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS incidentes sobre a rescisão contratual;

**III.** extrato dos depósitos realizados na conta vinculada do FGTS do empregado desligado; e

**IV.** exame médico demissional do empregado desligado, quando exigido pela legislação trabalhista.

**11.3.6.** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE quanto à documentação trabalhista, previdenciária, fundiária e contratual não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pelo cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais decorrentes da execução do objeto.

**11.3.7.** A não apresentação da documentação prevista neste item, sua apresentação incompleta ou a constatação de irregularidades poderá ensejar a adoção das medidas contratuais e legais cabíveis, inclusive notificação para regularização, suspensão da liquidação da despesa, retenção cautelar de valores quando legalmente admitida, aplicação de sanções e demais providências previstas neste Contrato, no edital e na legislação aplicável, assegurado o contraditório e a ampla defesa quando exigidos.

**11.4.** As infrações, as sanções administrativas correspondentes e o procedimento utilizado para penalização são aqueles previstos no art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**11.5.** A CONTRATADA será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Câmara de Vereadores, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.<sup>1</sup>

**11.6.** Às infrações administrativas previstas no item 11.5. poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

Subitem	Descrição das sanções	Penalidades do item 11.5.
I	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.	I. Dar causa à inexecução parcial do contrato.
II	Multa – Compensatória e de mora	Aplicadas a qualquer das infrações administrativas.
III	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Itá, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.	II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Câmara de Vereadores, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; III. Dar causa à inexecução total do contrato; IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame; V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a

<sup>1</sup> Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Câmara de Vereadores, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

		documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; <b>VII.</b> Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
IV	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.	<b>VIII.</b> Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; <b>IX.</b> Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; <b>X.</b> Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; <b>XI.</b> Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; <b>XII.</b> Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Ainda, será aplicada às infrações previstas nos itens II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item acima.

**11.7.** As sanções previstas nos subitens I, III e IV do item 11.6. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem II – Multa.

**11.7.1.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatório e promova a extinção unilateral do contrato, com aplicação cumulada de outras sanções previstas no edital e no posterior Contrato.

**11.7.2.** A sanção de multa compensatória/mora será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 11.5. e no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor licitado, observando-se os seguintes parâmetros:

**I.** 1% (um por cento) do valor licitado para aquele que:

- a)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- c)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

**II.** 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

**III.** 20% (vinte por cento) sobre o valor, em caso de:

- a)** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b)** Dar causa à inexecução total do objeto do contrato.
- c)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- d)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- e)** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- f)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.7.3.** O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- I.** Retido dos pagamentos devidos pelo órgão, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com a CONTRATADA;
- II.** Descontado do valor da garantia eventualmente prestada;
- III.** Pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal;
- IV.** Cobrado judicialmente.

**11.8.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- I.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II.** As peculiaridades do caso concreto;
- III.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.9.** Para aplicação das sanções serão observados os seguintes requisitos:

- I.** Na aplicação da sanção prevista no subitem II do item 11.6., será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- II.** Para aplicação dos subitens III e IV do item 11.6. haverá:
  - a)** Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;





**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

**b)** Intimação da CONTRATADA para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

**c)** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a CONTRATADA poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

**d)** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

**e)** A sanção prevista no subitem IV do item 11.6., será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do Presidente da Câmara de Vereadores;

**III.** A prescrição da aplicação das sanções aos subitens III e IV do item 11.6. ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Câmara de Vereadores, e será:

**a)** Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o subitem anterior;

**b)** Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013<sup>2</sup>.

**c)** Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**11.10.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Câmara de Vereadores à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**11.11.** A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara de Vereadores.

**11.12.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Câmara de Vereadores que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

**11.13.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse

<sup>2</sup> Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**11.14.** A Câmara de Vereadores, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

**11.15.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, na forma do item 24.3.2.

**11.15.1.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Câmara de Vereadores a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**11.16.** É admitida a reabilitação da CONTRATADA perante a Câmara de Vereadores, desde que observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I. Reparação integral do dano causado à Câmara de Vereadores;
- II. Pagamento da multa;
- III. Transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

**11.16.1.** A sanção pelas infrações previstas nos subitens VIII e XII do item 11.5. exigirá, como condição de reabilitação da CONTRATADA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO, OU PARA A QUALIFICAÇÃO, NA CONTRATAÇÃO DIRETA**

**12.1.** A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório que deu origem à presente contratação.



**República Federativa do Brasil  
Estado de Santa Catarina  
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

**12.2.** Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos necessários à comprovação da manutenção das condições de habilitação, especialmente aqueles relativos à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e fundiária.

**12.3.** A perda superveniente de qualquer condição de habilitação exigida na licitação deverá ser imediatamente comunicada à CONTRATANTE, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas e contratuais cabíveis.

**12.4.** O descumprimento das disposições desta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste Contrato e na legislação aplicável, observados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A OBRIGAÇÃO DE A CONTRATADA CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ**

**13.1.** A CONTRATADA deverá cumprir, durante toda a execução contratual, as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, quando aplicáveis, nos termos da legislação vigente.

**13.2.** Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar documentação comprobatória do cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, observados os limites e requisitos estabelecidos na legislação aplicável.

**13.3.** O descumprimento das exigências legais relativas à reserva de cargos poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e contratuais cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO**

**14.1.** A execução do presente Contrato será acompanhada e fiscalizada pela CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Termo de Referência, do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026 e deste instrumento contratual, cabendo à CONTRATADA cumprir integralmente as obrigações assumidas.

**14.2.** A gestão do Contrato será exercida pela servidora Poliana Marieli Peri, designada pela Portaria nº 056/2023, ou por quem vier a substituí-la formalmente, competindo-lhe o acompanhamento da execução contratual sob os aspectos



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

administrativos e gerenciais.

**14.3.** A fiscalização da execução contratual será exercida pela servidora Dileia Marta Scheffler, ou por quem vier a substituí-la formalmente, competindo-lhe acompanhar a execução dos serviços, verificar o cumprimento das obrigações contratuais, atestar a execução do objeto e comunicar eventuais irregularidades.

**14.4.** O fiscal do contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando as providências necessárias à correção de falhas, inadequações ou descumprimentos verificados.

**14.5.** As situações que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser comunicadas à gestora do contrato ou à autoridade competente, em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

**14.6.** O fiscal e a gestora do contrato poderão ser auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, visando à adequada execução contratual e à mitigação de riscos.

**14.7.** Os serviços prestados serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da apresentação da nota fiscal, para verificação de sua conformidade com as condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

**14.8.** Constatadas falhas, irregularidades ou serviços executados em desacordo com as exigências contratuais, a CONTRATADA será notificada para promover as correções necessárias, sem ônus adicional para a CONTRATANTE e dentro do prazo fixado pela fiscalização.

**14.9.** Não havendo pendências a serem sanadas, os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento provisório, mediante atesto da execução contratual.

**14.10.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada execução dos serviços, nem afasta a obrigação de corrigir falhas, vícios ou irregularidades posteriormente identificados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OS CASOS DE EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**15.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações ou de prazos;
- II. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

- III. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da CONTRATADA;
- V. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- VII. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**15.2.** As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições:

- I. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a CONTRATADA tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- II. Assegurarão à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**15.3.** A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I. Supressão, por parte da Câmara de Vereadores, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- II. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Câmara de Vereadores, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Câmara de Vereadores por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V. Não liberação pela Câmara de Vereadores, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Câmara



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

de Vereadores relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

**15.4.** A extinção do contrato poderá ser:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito da Câmara de Vereadores, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Câmara de Vereadores;
- III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**15.5.** A extinção determinada por ato unilateral da Câmara de Vereadores e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**15.6.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Câmara de Vereadores, a CONTRATADA será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I. Devolução da garantia;
- II. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III. Pagamento do custo da desmobilização.

**15.7.** A extinção determinada por ato unilateral da Câmara de Vereadores poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências:

- I. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Câmara de Vereadores;
- II. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- III. Execução da garantia contratual para:
  - a) Ressarcimento da Câmara de Vereadores por prejuízos decorrentes da não execução;
  - b) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
  - c) Pagamento das multas devidas à Câmara de Vereadores;
  - d) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- IV. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Câmara de Vereadores e das multas aplicadas.





**República Federativa do Brasil  
Estado de Santa Catarina  
CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

**15.8.** A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II ficará a critério da Câmara de Vereadores, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

**15.9.** Na hipótese do inciso II o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Presidente da Câmara.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – A VIGÊNCIA, A PRORROGAÇÃO E AS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**16.1.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual.

**16.2.** É possível a prorrogação do presente contrato, respeitando a vigência máxima prevista em Lei, desde que atestado pela administração que as condições e preços permaneçam vantajosos, permitindo a negociação com a CONTRATADA ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, na forma estabelecida nos art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e seus respectivos incisos.

**16.3.** A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**16.4.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**16.5.** Nas alterações unilaterais, a CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sendo que não poderão transfigurar o objeto da contratação.

**16.6.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**16.7.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – A PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS**

**17.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

**17.2.** As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

**17.3.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**17.4.** Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

**17.5.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**17.6.** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

**17.7.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – A CESSÃO OU A TRANSFERÊNCIA**

**18.1.** O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – O CONTRATO E A PUBLICAÇÃO**

**19.1.** A Administração Pública convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**19.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**19.3.** Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**19.4.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**19.5.** Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

**19.6.** Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências previstas em regulamento.

**19.7.** Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal da CONTRATADA, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas, para serem juntadas ao respectivo processo.

**19.8.** Os contratos administrativos obedecerão, irrestritamente, o disposto nos arts. 92 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**19.9.** Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes.

**19.10.** Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato serão divulgados:

- I. Na página do Município de Itá/SC ([ita.atende.net](http://ita.atende.net));
- II. No site oficial da Câmara de Vereadores de Itá/SC;
- III. No Diário Oficial dos Municípios – DOM; e
- IV. No Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – O FORO**

**20.1.** É declarado competente o foro da Comarca de Itá/SC para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- I. Licitação internacional para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

cooperação;

**II.** Contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo;

**III.** Aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Itá/SC, 00 de xxx de 2026.

**CÂMARA MUNICIPAL DE ITÁ/SC**

CONTRATANTE

**XXX LTDA**

CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

Nome: **RUTE DE RAMOS RADIN**

CPF: 0 [REDACTED] 4

Nome: **ALESSANDRA CRISTINA POZZEBON**

CPF: 1 [REDACTED] 7

**FISCAL DE CONTRATO:**

Nome: **DILEIA MARTA SCHEFFLER**

CPF: 0 [REDACTED] 6

Analísado e Aprovado



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ**

---

**CASSIANO PELIZZA**

OAB/SC 60.219